

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 1558 de 12 / 04 / 19

Livro nº 04 Flª 43/44

ASS 

LDO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Ano de Referência 2020



PROJETO DE LEI Nº 019 DE 10 DE ABRIL DE 2019

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 1558 de 12 / 04 / 19

Livro nº 04 Flª 43/44

ASS [assinatura] - 22.01/2019

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ENG. PAULO DE FRONTIN aprova e eu Jauldo de Souza Balthazar Ferreira, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte,

LEI MUNICIPAL:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o ano de 2020, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída o Poder Legislativo, os Fundos, como tais as definidas no inciso III, do art. 2º, da referida Lei Complementar, compreendendo:

APROVADO

Em Votação Única
Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin

Em 04/06/19

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - a administração da dívida e operações de crédito;
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2020 são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Prioridades e Metas para 2020", as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária que entrará em vigor em janeiro de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria STN nº 495, de 06.06.17.

§ 2º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros do principal da dívida.

§ 3º. Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.



§ 4º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Constituição Federal de 1988, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º. O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos conforme disposto na Constituição Federal, nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos pretendidos, visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14.04.99, do Ministério do Orçamento e Gestão.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, e dos seus Fundos.

Parágrafo Único - Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 5º. O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.



Art. 6º. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

- I - às ações relativas à saúde e assistência social;
- II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
- III - ao atendimento às ações de alimentação escolar;
- IV - às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;
- V - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

Art. 7º. O projeto da Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:

- I - mensagem;
- II - texto da lei;
- III - quadros orçamentários consolidados;
- IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

Parágrafo Único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição;
- II - evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas;
- III - demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I, da Lei 4320/64, Adendo II, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portarias Interministeriais 163 e 180 com alterações);
- IV - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II, da Lei 4320/64, Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portarias Interministeriais 163 e 180 com alterações);
- V - resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo III, da Lei 4320/64, Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portaria Interministerial 163 com alterações);
- VI - despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação (Anexo III, da Lei 4320/64, Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portaria Interministerial 163 com alterações);
- VII - programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais (Anexo IV, da Lei 4320/64 e Adendo VI, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VIII - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais (Anexo VII, da Lei 4320/64 e Adendo VI, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IX - despesas orçamentárias por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII, da Lei 4320/64 e Adendo VII, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- X - despesas orçamentárias por órgãos e funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);



Art. 8º. A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:

- I - quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2016 a 2018, orçada em 2019 e previsão para 2020 a 2022;
- II - metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária;
- III - memória de cálculo da reserva de contingência;
- VI - memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

§ 1º. Os valores constantes dos demonstrativos previstos no artigo 8º serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 2º. Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

Art. 9º. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria de Fazenda do Município suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III ***DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS*** ***DO MUNICÍPIO***

Art. 10. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 11. A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2020 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 12. Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante do Demonstrativo do Anexo de Metas Fiscais, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14, da Lei Complementar nº. 101/00.

Art. 13. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II, do art. 31, todos da Lei Complementar nº. 101/00, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, atividades e operações especiais.

§ 1º. Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º. No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- a) com pessoal e encargos patronais;
- b) com a preservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº. 101/2000;
- c) ações e serviços públicos de saúde;



d) manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 3º. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 14. Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do PPA e LDO.

Art.15. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art.16. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado definida no Demonstrativo VIII, do Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17, da Lei Complementar nº. 101/00, a ser demonstrada, inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o Inciso II, do Art. 5º, da mesma Lei Complementar.

Art.17. Serão incluídas no projeto da Lei Orçamentária a previsão de recursos decorrentes de operações de crédito e de convênios com outras esferas de governo.

Art.18. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45, da Lei Complementar nº 101/00;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;

III - estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido Plano.

Art. 19. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual com indicação de recursos provenientes de anulação deverá estar em correspondência com o estabelecido na Constituição Federal, art 166, § 3º, da Constituição Federal/88.

Parágrafo único - Não poderão ser programados novos projetos:

I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II - que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 20. O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente a 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e 159 da Constituição Federal e do inciso I do art. 2º da Emenda Constitucional nº 58, efetivamente realizado no exercício anterior.



Art. 21. A Lei Orçamentária poderá consignar em dotação específica valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação.

Parágrafo único - A realização da despesa somente poderá se efetivar desde que, comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.

Art. 22. Somente serão transferidos recursos, a título de auxílios ou subvenções, a entidades privadas sem fins lucrativos, de qualquer natureza, regularmente organizadas e que tenham, satisfatoriamente, serviços que visem a um dos seguintes itens:

- I - Promover e desenvolver a cultura, inclusive física e desportiva, em qualquer das suas modalidades ou graus;
- II - Promover o amparo ao menor, ao adolescente, ao idoso ou ao adulto desajustado ou enfermo;
- III - Promover a defesa da saúde coletiva ou da assistência médico-social ou educacional;
- IV - Promover o civismo e a educação política;
- V - Promover o incremento do turismo e de festejos populares em datas marcantes do calendário.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, conforme Deliberação nº. 200 do TCE-RJ.

§ 2º. Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 23. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.

Art. 24. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente de no mínimo 1% (um por cento), da receita corrente líquida, que serão destinados, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento de riscos orçamentários e riscos da dívida, conforme especificados no Anexo de Riscos Fiscais.

Parágrafo Único. Na definição do percentual da Reserva de Contingência, está incluído o valor destinado à obtenção da meta de resultado primário positivo a ser apurado no exercício.

Art. 25. Nos termos do art. 7º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a abrir créditos adicionais suplementares no decorrer do exercício financeiro de 2020, mediante Decreto Executivo, no limite de 50% (cinquenta por cento) do total geral da despesa fixada no Orçamento do Município.



§ 1º. A abertura dos Créditos Adicionais Suplementares será feita por meio de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria para outra ou de uma Unidade Orçamentária para outra, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- I - Anulação parcial ou total de dotações;
- II - Incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- II - Excesso de arrecadação;
- IV - Convênios firmados.

Art. 26. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições circunstanciadas de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§ 2º. Os créditos adicionais aprovados serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 3º. Quando a abertura de créditos adicionais implicarem alteração das metas físicas, o anexo correspondente deverá ser objeto de atualização.

CAPITULO IV ***DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E ALTERAÇÕES NA*** ***LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA***

Art. 27. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.

Parágrafo Único. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 28. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar a sua respectiva produtividade.

Art. 29. Somente será encaminhado Projeto de Lei ao Poder Legislativo as proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais com acompanhamentos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação, consignando o objetivo, bem como atendendo às condições do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

- I - elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;
- II - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;
- III - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;
- IV - atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.



Art.31. Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária se atendidas às exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 32. Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo Único. Se estimada a receita na forma deste artigo, no projeto da Lei Orçamentária:

- I - serão identificadas as propostas de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;
- II - será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

CAPÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 33. No exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 34. Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2019 somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - existirem cargos vagos a preencher;
- II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III - forem observados os limites previstos no artigo anterior;
- IV - for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 35. O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas as regras do Art. 16, quando aplicável e do Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestação da Assessoria de Controle Interno e das Secretarias de Administração e Fazenda, em suas respectivas áreas de competência.

§ 2º. O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 36. A concessão de vantagens e reajustes de remuneração, criação de cargos, mudanças de estruturas de carreira, admissão de pessoal e realização de concurso público, ficam condicionadas ao limite legal de comprometimento previsto no parágrafo único, art. 22, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.



Art. 37. A realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações de emergência de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de competência do Secretário Municipal do respectivo órgão.

Art. 38. No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:

- I - eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no artigo anterior;
- II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VI **DAS ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA E OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Art. 39. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a Previdência Social e/ou Fundo próprio de previdência.

Art. 40. A elaboração da Lei Orçamentária deverá prever mecanismos que promovam a recondução da dívida consolidada do Município aos limites a serem estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do estabelecido no caput do art. 31 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 41. O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal, observando, contudo o limite de endividamento de até 50% da Receita Corrente Líquida apurada até o final do semestre anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida nos art. 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo único. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 42. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receitas, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 43. A Administração Municipal deverá proceder à correção do principal da dívida contida no passivo permanente, utilizando preferencialmente o índice de preços – IPCA, sem prejuízo da utilização de outro índice que a Administração Fazendária julgar necessário.



CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 45. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial. Parágrafo Único. O Chefe do Poder Executivo deverá baixar ato estabelecendo as diretrizes e requisitos funcionais do sistema, definindo os centros de custos e a forma de apropriação dos gastos.

Art. 46. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, Capítulo VII, na Seção IV, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 47. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Órgão e Unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º. A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecidos no art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 48. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa e fontes de recursos, especificando o elemento de despesa.

Art. 49. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 50. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 51. Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2020, a despesa, decorrente de ação governamental nova, será considerada irrelevante se o seu



impacto orçamentário-financeiro no exercício não ultrapassar, para bens e serviços, os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8666/93, devidamente atualizados.

Art. 52. A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino, localizadas no Município, no ano anterior.

Art. 53. Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento do serviço da dívida; e
- III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Engenheiro Paulo de Frontin, 12 de abril de 2019.

JAULDO DE SOUZA BALTHAZAR FERREIRA
Prefeito Municipal

APROVADO

Em Votação Única
Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin

Em 27/06/19

PREFEITO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

LDO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Metas e Prioridades
2020

Ano de Referência 2020

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade Executora: Câmara Municipal

Programa: Processo Legislativo				N ° 1001
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Remuneração dos Vereadores e Presidente	A	Atividades legislativas mantidas	Unidade	12
Manutenção da Unidade	A	Serviços mantidos	Percentual	100%
Reequipamento da Câmara	A	Equipamentos adquiridos	Unidade	10



Unidade Executora: Prefeitura Municipal Engenheiro Paulo de Frontin

Programa: Apoio Administrativo				N ° 2001
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Prover as Unidades e Órgãos dos Meios Para Melhoria	A	Secretaria mantida	Unidade	14
Implantação de Projetos de Apoio a Administração Municipal	A	Projetos apoiados	Percentual	60%
Remuneração de Pessoal e Encargos Sociais	A	Pessoal Remunerado	Percentual	100%

Programa: Infraestrutura Urbana				N ° 2002
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Intervenções de Infraestrutura Urbana	A	Intervenções realizadas	Percentual	80%

Programa: Iluminação Pública				N ° 2003
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Manutenção da Rede de Iluminação Pública	A	Rede Mantida	Percentual	100 %

Programa: Gestão de Resíduos Sólidos				N ° 2004
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	A	Gerenciamento Executado	Percentual	100%

Programa: Gestão Ambiental Eficiente				N ° 2005
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Programa: Programa Permanente de Proteção Comunitária				N ° 2006
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Proteção Comunitária	A	Programa Mantido	Percentual	100 %

Programa: Promovendo a Educação Especial				N ° 2007
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Atendimento a Alunos com Necessidade Especiais	A	Alunos Atendidos	Percentual	100%

Programa: Promovendo a Educação Infantil				N ° 2008
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Atendimento a Alunos da Educação Infantil	A	Alunos Atendidos	Percentual	100%

Programa: Promovendo o Ensino Fundamental				N ° 2009
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Atendimento a Alunos do Ensino Fundamental	A	Alunos Atendidos	Percentual	100 %

Programa: Promovendo o Transporte Escolar				N ° 2010
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Manutenção da Frota e Aquisição de Veículo	A	Frotas Mantidas	Percentual	100%

Programa: Promovendo a Educação de Jovens e Adultos				N ° 2011
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Acesso à Educação para Jovens e Adultos	A	Acesso a Educação	Percentual	100%

Programa: Promovendo o Ensino Superior				N ° 2012
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Programa: Manutenção e Operacionalização da Secretaria de Saúde				N ° 3001
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Prover as Unidades e Órgãos dos Meios Operacionais para Melhoria	A	Unidades Mantidas	Percentual	100%

Programa: Manutenção do Conselho Municipal de Saúde				N ° 3002
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	A	Conselho Mantido	Percentual	100%

Programa: Bloco Atenção Básica				N ° 3003
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Programa de Atenção Básica - PAB	A	Programa Mantido	Percentual	100%
Núcleo de Apoio à Saúde da Família	A	Núcleo Mantido	Percentual	100%
Programa Saúde Bucal	A	Programa Mantido	Percentual	100%
Prover Demandas de PMAQ	A	Demandas Realizadas	Percentual	100%
Programa Agentes Comunitário de Saúde - PACS	A	Programa Atendido	Percentual	100%

Programa: Bloco Média e Alta Complexidade – MAC				N ° 3004
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Manutenção e Operacionalização da Gestão Plena	A	Programa Mantido	Percentual	100%
Teto Municipal Rede Saúde Mental.CAPS + Residência Terapeutica	A	Rede Mantida	Percentual	100%
Manutenção da Porta de Entrada de Urgência e Emergência	A	MAC Mantido	Percentual	100%

Programa: Promoção de serviços Socioassistenciais				N ° 4001
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Gestão das Políticas de Assistência Social	A	Gestão Mantida	Percentual	100%

Programa: Conselho Tutelar				N ° 4002
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Manutenção do Conselho Tutelar	A	Conselho Mantido	Percentual	100%

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Programa: Proteção Social Básica				N ° 4003
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
PAIF- Serviço de Proteção de Atendimento Integral à Família	A	Programa Mantido	Percentual	100%
Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos	A	Serviço Mantido	Percentual	100%

Programa: Proteção Social Especial de Média Complexidade				N ° 4004
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
PAEF – Serviço de Proteção e Atendimento	A	Serviço Mantido	Percentual	100%
Medida Socioeducativa	A	Serviço Mantido	Percentual	100%

Programa: Proteção Social Especial de Alta Complexidade				N ° 4005
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos	A	Serviço Mantido	Percentual	100%

Programa: Gestão do SUAS				N ° 4006
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)

Programa: Bolsa Família				N ° 4007
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Gestão do Bolsa Família	A	Gestão Mantida	Percentual	100%

Programa: Serviços Financiados pelo FEAS				N ° 4008
Descrição da Ação ou Projeto a ser executado durante o período de 12 meses:	Tipo P/A	Produto	Unidade de Medida	Meta (s) Física (s)
Serviço de Proteção Social	A	Serviço Mantido	Percentual	100%

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTE	48.386.014,06	60.301.314,75	58.620.710,31	61.339.187,00	64.101.795,25	66.986.377,34
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	2.443.063,22	3.004.100,11	2.998.650,00	3.133.587,00	3.274.594,25	3.421.951,01
IMPOSTOS	2.371.746,37	2.626.536,89	2.567.300,00	2.682.826,00	2.803.551,25	2.929.711,06
Impostos s/Renda e Proventos de Qualquer Natureza	665.694,59	803.162,33	750.000,00	783.750,00	819.018,75	855.874,59
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	665.694,59	803.162,33	750.000,00	783.750,00	819.018,75	855.874,59
Imp. s/ a Renda - Ret.na Fonte - Trabalho - Princ	665.694,59	803.162,33	750.000,00	783.750,00	819.018,75	855.874,59
Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	1.706.051,78	1.823.374,56	1.817.300,00	1.899.076,00	1.984.532,50	2.073.836,47
Imposto s/ Prop. Predial e Territ Urbana	572.882,35	629.986,62	774.800,00	809.665,00	846.099,50	884.173,98
IPTU - Principal	492.119,16	490.014,11	580.000,00	606.100,00	633.374,50	661.876,35
IPTU- Multa e Juros	5.428,18	4.626,13	3.700,00	3.866,00	4.040,00	4.221,80
IPTU - Dívida Ativa	74.998,00	81.169,58	119.100,00	124.459,00	130.060,00	135.912,70
IPTU - Dívida Ativa - Multa e Juros	337,01	54.176,80	72.000,00	75.240,00	78.625,00	82.163,13
Imp.s/Trans.Inter Vivos Bens Imov.e Direitos	114.315,08	117.987,29	130.200,00	136.059,00	142.181,00	148.579,15
ITBI - Principal	114.059,44	117.921,69	130.000,00	135.850,00	141.963,00	148.351,34
ITBI - Multas e Juros	255,64	65,60	200,00	209,00	218,00	227,81
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.018.854,35	1.075.400,65	912.300,00	953.352,00	996.252,00	1.041.083,34
ISS.-Principal	960.030,08	1.070.550,87	900.000,00	940.500,00	982.822,00	1.027.048,99
ISS - Multas e Juros	3.251,73	1.159,81	2.900,00	3.030,00	3.166,00	3.308,47
ISS - Dívida Ativa	1.133,42	3.048,35	1.700,00	1.776,00	1.856,00	1.939,52
ISS - Dívida Ativa - Juros e Multas	54.439,12	641,62	7.700,00	8.046,00	8.408,00	8.786,36
TAXAS	29.038,10	65.890,57	85.550,00	89.400,00	93.421,00	97.624,96
Taxas p/Exercício do Poder de Polícia	29.038,10	36.112,56	79.550,00	83.130,00	86.869,00	90.778,12
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	29.038,10	36.112,56	79.550,00	83.130,00	86.869,00	90.778,12
Taxas de Inspeção - Contr. e Fiscal. - Principal	29.038,10	30.938,34	76.600,00	80.047,00	83.649,00	87.413,21
Taxa Inspeção Controle e Fiscal. - Multas e Juro	0,00	400,26	860,00	899,00	939,00	981,26
Taxas de Inspeção, Contr.e Fi9sc. - Dívida Ativa	0,00	2.338,55	1.650,00	1.724,00	1.801,00	1.882,05
Taxa de Insp.Contr.Fisc.-Multa e Juros Div.Ativa	0,00	2.435,41	440,00	460,00	480,00	501,60
Taxas Pela Prestação de Serviços	0,00	29.778,01	6.000,00	6.270,00	6.552,00	6.846,84
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	29.778,01	6.000,00	6.270,00	6.552,00	6.846,84
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	29.778,01	6.000,00	6.270,00	6.552,00	6.846,84
Taxas p/Prest.de Serviços - Principal	0,00	29.778,01	6.000,00	6.270,00	6.552,00	6.846,84
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	42.278,75	311.672,65	345.800,00	361.361,00	377.622,00	394.614,99
Contribuição de Melhoria - Específica E/M	42.278,75	311.672,65	345.800,00	361.361,00	377.622,00	394.614,99

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Contr.Melh.p/Exp.Red. de Ilum.Púb. Cidade-Princ.	42.278,75	311.672,65	345.800,00	361.361,00	377.622,00	394.614,99
Contr.Melh.p/Exp.Red. de Ilum.Púb. Cidade-Princ.	42.278,75	311.672,65	345.800,00	361.361,00	377.622,00	394.614,99
RECEITA PATRIMONIAL	416.589,70	184.627,50	31.000,00	32.394,00	33.852,00	35.374,89
EXPLOR.DO PATRIMÔNIO IMOB.DO ESTADO	72.870,85	0,00	700,00	731,00	764,00	798,00
Outras Receitas Imobiliárias	72.870,85	0,00	700,00	731,00	764,00	798,00
Outras Receitas Imobiliárias	72.870,85	0,00	700,00	731,00	764,00	798,00
Outras Receitas Imobiliárias - Principal	72.870,85	0,00	700,00	731,00	764,00	798,00
VALORES MOBILIÁRIOS	343.718,85	184.627,50	30.300,00	31.663,00	33.088,00	34.576,89
Juros e Correções Monetárias	257.998,36	184.627,50	30.300,00	31.663,00	33.088,00	34.576,89
Remuneração de Depósitos Bancários	238.850,98	178.965,15	23.200,00	24.244,00	25.335,00	26.475,00
Remuneração de Depósitos Banc. - Principal	238.850,98	178.965,15	23.200,00	24.244,00	25.335,00	26.475,00
Rec.Remun. Depo. Banc. Rec. Vin. MDE	5.954,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.MDE-Princ.	5.954,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.FUNDEB	13.192,56	5.662,35	7.100,00	7.419,00	7.753,00	8.101,89
Rec.Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.FUNDEB- Princ.	13.192,56	5.662,35	7.100,00	7.419,00	7.753,00	8.101,89
Outros Valores Mobiliários	85.720,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Mobiliários	85.720,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Mobiliários - Dívida Ativa	85.720,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.139.342,00	63.002.589,63	62.317.561,39	65.204.649,00	68.138.855,00	71.205.103,70
Transferências da União e suas Entidades	25.208.709,30	32.888.190,99	27.331.661,39	28.644.384,00	29.933.379,00	31.280.381,26
Transf. da União e suas Entidades	25.208.709,30	32.888.190,99	27.331.661,39	28.644.384,00	29.933.379,00	31.280.381,26
Participação na Receita da União	9.309.801,38	9.960.187,33	8.598.405,39	9.068.933,00	9.477.034,00	9.903.500,53
Cota-Parte do FPM - C.Mensal. - Principal	9.293.492,82	9.942.320,14	8.431.405,39	8.810.818,00	9.207.304,00	9.621.632,68
Cota-Parte Fundo Part.dos Mun. 1% Dez.- Princ.	0,00	0,00	80.000,00	83.600,00	87.362,00	91.293,29
Cota-Parte Fundo de Part.Mun.1% Jul. - Princ.	0,00	0,00	80.000,00	83.600,00	87.362,00	91.293,29
Cota-Parte Imp.s/a Prop. Territ.Rural - Princ.	16.308,56	17.867,19	7.000,00	90.915,00	95.006,00	99.281,27
Transf.Comp.Finan.P/Explor.Recursos Naturais	6.376.920,13	9.874.743,18	10.366.500,00	10.832.192,00	11.319.640,00	11.829.023,81
Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Minerais -CFEM-Princ.	282,68	2.578,08	6.500,00	6.792,00	7.097,00	7.416,37
Cota-Parte Reoyalties Part.Esp. Lei 9478 - Princ	6.277.627,63	9.732.826,74	10.200.000,00	10.659.000,00	11.138.655,00	11.639.894,48
Cota Parte Fundo Especial do Petróleo-FEP - Prin	99.009,82	139.338,36	160.000,00	166.400,00	173.888,00	181.712,96
Transferências de Recursos do SUS	7.774.855,29	10.023.823,68	6.398.956,00	6.686.909,00	6.987.820,00	7.302.272,00
Transf. Rec. SUS - Repas.Fundo a Fundo - Princ.	7.774.855,29	10.023.823,68	6.398.956,00	6.686.909,00	6.987.820,00	7.302.272,00
Transferências de Receitas do FNAS	232.130,89	502.128,06	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Transf. Rec. -FNAS - Principal	232.130,89	502.128,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Recursos do Fundo Nac. da Educação-FNDE	1.201.270,76	1.747.162,92	1.550.800,00	1.620.585,00	1.693.510,00	1.769.717,96
Transferências do Salário-Educação-Principal	978.156,18	979.995,68	1.285.100,00	1.342.929,00	1.403.360,00	1.466.511,20
Transf. Diretas do FNDE Ref. PDDE - Princ.	960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Diretas do FNDE Ref. PNAE - Princ.	145.976,40	166.238,00	166.600,00	174.097,00	181.931,00	190.117,90
Transf. Diretas do FNDE Ref. - PNATE - Princ.	76.178,18	101.424,24	99.100,00	103.559,00	108.219,00	113.088,86
Outras Transferências Diretas do FNDE - Princ	0,00	499.505,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Finan. do ICMS - Des. L.C. 87/96	66.047,52	64.086,00	80.400,00	84.018,00	87.799,00	91.749,96
Transf.Finan. do ICMS - Des. L.C. 87/96 - Princ.	66.047,52	64.086,00	80.400,00	84.018,00	87.799,00	91.749,96
Transf.Conv.União Dest.Progr.Assist.Social - Pri	0,00	0,00	336.600,00	351.747,00	367.576,00	384.117,00
Outras Transferências da União - Principal.	0,00	97.749,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. de Convênios da União - Princ.	247.683,33	618.310,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DOS ESTADOS, DIST. FED. E SUAS ENT.	19.859.620,93	23.160.827,93	26.285.900,00	27.468.765,00	28.704.859,00	29.996.577,67
Transf. dos Estados Dist. Fed. e suas Ent.	19.859.620,93	23.160.827,93	26.285.900,00	27.468.765,00	28.704.859,00	29.996.577,67
Participação na Receita dos Estados	19.859.620,93	22.696.762,29	26.285.900,00	27.468.765,00	28.704.859,00	29.996.577,67
Cota-Parte do ICMS - Principal	18.729.260,55	21.597.229,57	25.000.000,00	26.125.000,00	27.300.625,00	28.529.153,13
Cota-Parte do IPVA - Principal	544.644,16	550.324,24	700.000,00	731.500,00	764.417,00	798.815,77
Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Princ.	402.848,23	513.177,48	563.700,00	589.066,00	615.574,00	643.274,83
Cota-Parte Contrib.Interv.Dom.Econ.CIDE-Princ.	48.167,99	36.031,00	22.200,00	23.199,00	24.243,00	25.333,94
Outras Transferências dos Estados - Principal	134.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Rec.Est. P/Prog.Saúde-Rep.F.a Fundo - Pri	0,00	464.065,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.da Complementação ao FUNDEB	6.071.011,77	6.953.570,71	8.700.000,00	9.091.500,00	9.500.617,00	9.928.144,77
Transferências de Recursos do FUNDEB	6.071.011,77	6.953.570,71	8.700.000,00	9.091.500,00	9.500.617,00	9.928.144,77
Transf.de Recursos do FUNDEB - Principal	6.071.011,77	6.953.570,71	8.700.000,00	9.091.500,00	9.500.617,00	9.928.144,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	526.046,24	230.000,00	238.100,00	251.165,00	262.467,43
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	144.959,96	50.000,00	50.000,00	54.601,00	57.058,05
Restituições	0,00	144.959,96	50.000,00	50.000,00	54.601,00	57.058,05
Outras Restituições - Principal	0,00	144.959,96	50.000,00	50.000,00	54.601,00	57.058,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	381.086,28	180.000,00	188.100,00	196.564,00	205.409,38
Outras Receitas	0,00	381.086,28	180.000,00	188.100,00	196.564,00	205.409,38
Outras.Receitas Primárias - Principal	0,00	379.363,00	180.000,00	188.100,00	196.564,00	205.409,38
Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	0,00	1,96	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa. -	0,00	1.721,32	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-5.612.980,86	-6.416.048,73	-6.956.501,08	-7.269.543,00	-7.596.671,00	-7.938.519,69
DECUÇÃO DAS TRANSF.S DA UNIÃO E S/ NTIDADES	-1.721.194,45	-1.844.448,59	-1.703.761,08	-1.780.430,00	-1.860.549,00	-1.944.273,56
Dedução da Participação na Receita da União	-1.707.984,97	-1.831.631,47	-1.687.681,08	-1.763.627,00	-1.842.990,00	-1.925.924,56
Dedução da Cota-Parte do FPM - Principal	-1.704.723,38	-1.828.058,14	-1.686.281,08	-1.762.164,00	-1.841.461,00	-1.924.326,75
Dedução da Cota-Parte do ITR - Principal	-3.261,59	-3.573,33	-1.400,00	-1.463,00	-1.529,00	-1.597,81
Dedução da Transf.Financ.Deson.ICMS LC 87/96-Pri	-13.209,48	-12.817,12	-16.080,00	-16.803,00	-17.559,00	-18.349,00
DEDUÇÃO DAS TRANSF.DOS EST.E DIST. FED.E S/ENT.	-3.891.786,41	-4.571.600,14	-5.252.740,00	-5.489.113,00	-5.736.122,00	-5.994.246,13
Dedução das Transferências dos Estados	-3.891.786,41	-4.571.600,14	-5.252.740,00	-5.489.113,00	-5.736.122,00	-5.994.246,13
Dedução da Participação na Receita dos Estados	-3.891.786,41	-4.571.600,14	-5.252.740,00	-5.489.113,00	-5.736.122,00	-5.994.246,13
Dedução da Cota-Parte do iCMS - Principal	-3.702.288,00	-4.358.899,81	-5.000.000,00	-5.225.000,00	-5.460.125,00	-5.705.830,00
Dedução da Cota-Parte do IPVA - Principal	-108.928,78	-110.064,84	-140.000,00	-146.300,00	-152.883,00	-159.762,00
Dedução da Cota-Parte do IPI Municípios - Princi	-80.569,63	-102.635,49	-112.740,00	-117.813,00	-123.114,00	-128.654,13
Total	48.386.014,06	60.301.314,75	58.620.710,31	61.339.187,00	64.101.795,25	66.986.377,34

Engenheiro Paulo de Frontin-RJ, 8 de Abril de 2019

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

teste

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (I)	47.732.371,29	54.366.424,63	47.926.810,31	50.164.061,50	52.423.789,10	54.782.860,91
Pessoal e Encargos Sociais	33.357.013,31	31.958.426,22	31.709.877,88	33.136.822,38	34.627.979,39	36.186.238,46
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	33.357.013,31	31.958.426,22	31.709.877,88	33.136.822,38	34.627.979,39	36.186.238,46
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.375.357,98	22.407.998,41	16.216.932,43	17.027.239,12	17.795.809,71	18.596.622,45
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	14.375.357,98	22.407.998,41	16.216.932,43	17.027.239,12	17.795.809,71	18.596.622,45
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL (II)	932.443,67	4.871.851,29	567.500,00	593.037,50	619.724,19	647.611,78
Investimentos	242.085,26	2.766.851,29	547.500,00	572.137,50	597.883,69	624.788,46
Transferências a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	242.085,26	2.766.851,29	547.500,00	572.137,50	597.883,69	624.788,46
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	690.358,41	2.105.000,00	20.000,00	20.900,00	21.840,50	22.823,32
Aplicações Diretas	690.358,41	2.105.000,00	20.000,00	20.900,00	21.840,50	22.823,32
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	10.126.400,00	10.582.088,00	11.058.281,96	11.555.904,65

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

teste

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total	48.664.814,96	59.238.275,92	58.620.710,31	61.339.187,00	64.101.795,25	66.986.377,34

Engenheiro Paulo de Frontin-RJ, 8 de Abril de 2019

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	48.386.014,06	60.301.314,75	58.620.710,31	61.339.187,00	64.101.795,25	66.986.310,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.443.063,22	3.004.100,11	2.998.650,00	3.133.587,00	3.274.594,25	3.421.990,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	416.589,70	184.627,50	31.000,00	32.394,00	33.852,00	35.300,00
Aplicações Financeiras (II)	257.998,36	126.855,00	30.300,00	31.633,00	33.088,00	34.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	158.591,34	57.772,50	700,00	761,00	764,00	790,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	45.526.361,14	56.586.540,90	55.361.060,31	57.935.106,00	60.542.184,00	63.266.500,00
Outras Receitas Correntes	0,00	526.046,24	230.000,00	238.100,00	251.165,00	262.400,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	526.046,24	230.000,00	238.100,00	251.165,00	262.400,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	48.128.015,70	60.174.459,75	58.590.410,31	61.307.554,00	64.068.707,25	66.951.810,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	48.128.015,70	60.174.459,75	58.590.410,31	61.307.554,00	64.068.707,25	66.951.810,00

ACIMA DA LINHA						
DESPESAS PRIMÁRIAS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (XIII)	47.732.371,29	54.366.424,63	47.926.810,31	50.164.061,50	52.423.789,10	54.782.810,00
Pessoal e Encargos Sociais	33.357.013,31	31.958.426,22	31.709.877,88	33.136.822,38	34.627.979,39	36.186.200,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.375.357,98	22.407.998,41	16.216.932,43	17.027.239,12	17.795.809,71	18.596.610,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	47.732.371,29	54.366.424,63	47.926.810,31	50.164.061,50	52.423.789,10	54.782.810,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	932.443,67	4.871.851,29	567.500,00	593.037,50	619.724,19	647.600,00
Investimentos	242.085,26	2.766.851,29	547.500,00	572.137,50	597.883,69	624.700,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Cred. de Cap já Integ (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	690.358,41	2.105.000,00	20.000,00	20.900,00	21.840,50	22.900,00
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	242.085,26	2.766.851,29	547.500,00	572.137,50	597.883,69	624.700,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	10.126.400,00	10.582.088,00	11.058.281,96	11.555.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	47.974.456,55	57.133.275,92	58.600.710,31	61.318.287,00	64.079.954,75	66.963.810,00
RESULTADO PRIMARIO-Acima da linha (XXIV) = (XII -XXIII)	153.559,15	3.041.183,83	-10.300,00	-10.733,00	-11.247,50	-11.112,00

II – RISCOS FISCAIS DA DÍVIDA

Referem-se a possíveis ocorrências externas à administração, como reajustes concedidos ao salário mínimo que geram impacto considerável, pois o mesmo afeta as despesas com pessoal e encargos que representam uma parte significativa da despesa total. Dessa forma a concessão de aumento do salário mínimo acima da projeção orçamentária poderá gerar um risco.

Outro risco visível decorre do fato de os municípios virem assumindo crescentemente maiores responsabilidades, sob mandamento constitucional, como por exemplo, municipalização das políticas de saúde, educação e assistência social.

Ações judiciais que venham a ser ingressadas contra o município, que possam motivar o desembolso financeiro no exercício de 2020, inclusive de natureza trabalhista, que podem estar sujeitas ao regime de precatórios, nos termos da Constituição Federal.

• PROVIDÊNCIAS

Em síntese, os riscos decorrentes dos passivos contingentes têm a característica de imprevisibilidade quanto à sua concretização, por haver sempre a possibilidade de o Município recorrer a todas as instâncias judiciais para defender e comprovar a legalidade da ação pública, o que pode resultar na não-ocorrência do impacto fiscal. E, mesmo na ocorrência de decisão desfavorável ao Município, o impacto fiscal dependerá da forma de pagamento a ser efetuada, podendo conforme o caso o precatório ser liquidado em dez anos com prestações anuais, iguais e sucessivas, conforme o artigo 78, acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por meio da Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000.

Para permitir o gerenciamento dos resultados do comportamento dessas variáveis sobre as projeções orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 9º, estabeleceu a avaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira com vistas a minorar o impacto restritivo ao cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO, assegurando a tendência prevista e potencializando os efeitos positivos. A avaliação bimestral, juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuadas a cada quadrimestre, permite que eventuais desvios, tanto da receita, quanto da despesa, sejam administrados ao longo do ano, de forma que os riscos que se materializam sejam compensados com a realocação ou redução de despesas.



Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	48.386.014,06	60.301.314,75	58.620.710,31	61.339.187,00	64.101.795,25	66.986.377,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.443.063,22	3.004.100,11	2.998.650,00	3.133.587,00	3.274.594,25	3.421.951,01
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	416.589,70	184.627,50	31.000,00	32.394,00	33.852,00	35.374,89
Aplicações Financeiras (II)	257.998,36	126.855,00	30.300,00	31.633,00	33.088,00	34.576,89
Outras Receitas Patrimoniais	158.591,34	57.772,50	700,00	761,00	764,00	798,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	45.526.361,14	56.586.540,90	55.361.060,31	57.935.106,00	60.542.184,00	63.266.584,01
Outras Receitas Correntes	0,00	526.046,24	230.000,00	238.100,00	251.165,00	262.467,43
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	526.046,24	230.000,00	238.100,00	251.165,00	262.467,43
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	48.128.015,70	60.174.459,75	58.590.410,31	61.307.554,00	64.068.707,25	66.951.800,45
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	48.128.015,70	60.174.459,75	58.590.410,31	61.307.554,00	64.068.707,25	66.951.800,45
ACIMA DA LINHA						
DESPESAS PRIMÁRIAS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (XIII)	47.732.371,29	54.366.424,63	47.926.810,31	50.164.061,50	52.423.789,10	54.782.860,91
Pessoal e Encargos Sociais	33.357.013,31	31.958.426,22	31.709.877,88	33.136.822,38	34.627.979,39	36.186.238,46
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.375.357,98	22.407.998,41	16.216.932,43	17.027.239,12	17.795.809,71	18.596.622,45
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	47.732.371,29	54.366.424,63	47.926.810,31	50.164.061,50	52.423.789,10	54.782.860,91
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	932.443,67	4.871.851,29	567.500,00	593.037,50	619.724,19	647.611,78
Investimentos	242.085,26	2.766.851,29	547.500,00	572.137,50	597.883,69	624.788,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Cred. de Cap já Integ (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	690.358,41	2.105.000,00	20.000,00	20.900,00	21.840,50	22.823,32
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	242.085,26	2.766.851,29	547.500,00	572.137,50	597.883,69	624.788,46
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	10.126.400,00	10.582.088,00	11.058.281,96	11.555.904,65
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	47.974.456,55	57.133.275,92	58.600.710,31	61.318.287,00	64.079.954,75	66.963.554,02
RESULTADO PRIMARIO-Acima da linha (XXIV) = (XII -XXIII)	153.559,15	3.041.183,83	-10.300,00	-10.733,00	-11.247,50	-11.753,57

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
2020

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	61.339.187,00	58.979.987,50	0,009	0,108	64.101.795,25	59.408.522,01	0,009	0,109	66.986.377,34	59.809.265,48	0,009	0,109
Receitas Primárias (I)	61.307.554,00	58.949.571,15	0,009	0,108	64.068.707,25	59.377.856,58	0,009	0,109	66.951.800,45	59.778.393,26	0,009	0,109
Despesa Total	61.339.187,00	58.979.987,50	0,009	0,108	64.101.795,25	59.408.522,01	0,009	0,109	66.986.377,34	59.809.265,48	0,009	0,109
Despesas Primárias (II)	61.318.287,00	58.959.891,35	0,009	0,108	64.079.954,75	59.388.280,58	0,009	0,109	66.963.554,02	59.788.887,52	0,009	0,109
Resultado Primário (III)=(I-II)	-10.733,00	-10.320,19	0,000	0,000	-11.247,50	-10.424,00	0,000	0,000	-11.753,57	-10.494,26	0,000	0,000
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2020	2021	2022
PIB real (crescimento % anual)	2,50	2,50	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,60	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,80	3,85	3,85
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,00	3,75	3,80
Projeção do PIB do Estado - R\$ bilhões	689.304.000.000,00	706.537.000.000,00	724.200.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL - R\$ bilhões	56.708.000.000,00	58.988.000.000,00	61.347.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2020	2021	2022
Valor Corrente / 1,04000	Valor Corrente / 1,07900	Valor Corrente / 1,12000

Engenheiro Paulo de Frontin-RJ, 8 de Abril de 2019

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior 2020

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2018 (a)	% PIB	% RCL	II - Metas Realizadas 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II - I)	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	60.216.039,90	0,009	0,120	60.301.314,75	0,009	0,114	85.274,85	0,14
Receitas Primárias (I)	60.216.039,90	0,009	0,120	60.174.459,75	0,009	0,113	-41.580,15	-0,06
Despesa Total	59.238.275,92	0,009	0,118	59.238.275,92	0,009	0,112	0,00	0,00
Despesas Primárias (II)	59.238.275,92	0,009	0,118	57.133.275,92	0,009	0,108	-2.105.000,00	-3,55
Resultado Primário (III)=(I - II)	977.763,98	0,000	0,002	3.041.183,83	0,000	0,006	2.063.419,85	211,03
Resultado Nominal	6.095.637,49	0,001	0,012	3.493.094,78	0,001	0,007	-2.602.542,71	-42,69
Dívida Pública Consolidada	391.892,71	0,000	0,001	391.892,71	0,000	0,001	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-7.045.223,88	-	-0,014	-7.045.223,88	-	-0,013	0,00	0,00

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2018

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2018	655.642.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2018	655.642.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2018	50.194.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2018	53.092.000.000,00

Engenheiro Paulo de Frontin-RJ, 8 de Abril de 2019

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2020

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	48.386.014,06	60.301.314,75	24,6	58.620.710,31	-2,8	61.339.187,00	4,6	64.101.795,25	4,5	66.986.377,34	4,5
Receitas Primárias (I)	48.128.015,70	60.174.459,75	25,0	58.590.410,31	-2,6	61.307.554,00	4,6	64.068.707,25	4,5	66.951.800,45	4,5
Despesa Total	48.664.814,96	59.238.275,92	21,7	58.620.710,31	-1,0	61.339.187,00	4,6	64.101.795,25	4,5	66.986.377,34	4,5
Despesas Primárias (II)	47.974.456,55	57.133.275,92	19,1	58.600.710,31	2,6	61.318.287,00	4,6	64.079.954,75	4,5	66.963.554,02	4,5
Resultado Primario (III)=(I - II)	153.559,15	3.041.183,83	1880,5	-10.300,00	-100,3	-10.733,00	4,2	-11.247,50	0,0	-11.753,57	0,0
Resultado Nominal	3.552.129,10	3.493.094,78	-1,7	-7.045.223,88	-301,7	0,00	-100,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívida Pública Consolidada	391.892,71	391.892,71	0,0	0,00	-100,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívida Consolidada Líquida	-3.552.129,10	-7.045.223,88	98,3	0,00	-100,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	52.218.670,23	62.725.427,60	20,1	58.620.710,31	-6,5	58.979.987,50	0,6	59.408.522,01	0,7	59.809.265,48	0,7
Receitas Primárias (I)	51.940.235,82	62.593.473,03	20,5	58.590.410,31	-6,4	58.949.571,15	0,6	59.377.856,58	0,7	59.778.393,26	0,7
Despesa Total	52.519.554,95	61.619.654,61	17,3	58.620.710,31	-4,9	58.979.987,50	0,6	59.408.522,01	0,7	59.809.265,48	0,7
Despesas Primárias (II)	51.774.513,25	59.430.033,61	14,8	58.600.710,31	-1,4	58.959.891,35	0,6	59.388.280,58	0,7	59.788.887,52	0,7
Resultado Primário (III)=(I - II)	165.722,57	3.163.439,42	1808,9	-10.300,00	-100,3	-10.320,19	0,0	-10.424,00	0,0	-10.494,26	0,0
Resultado Nominal	3.833.493,25	3.633.517,19	-5,2	-7.045.223,88	-293,9	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívida Pública Consolidada	422.934,53	407.646,80	-3,6	0,00	-100,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívida Consolidada Líquida	-3.833.493,25	-7.328.441,88	91,2	0,00	-100,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
2017	2018	2019	2020*	2021*	2022*	
2,95	3,75	4,02	4,00	3,75	3,80	
VALORES DE REFERÊNCIA						
Valor Corrente x 1,07921	Valor Corrente x 1,04020	Valor Corrente x 1,00000	Valor Corrente / 1,04000	Valor Corrente / 1,07900	Valor Corrente / 1,12000	

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Engenheiro Paulo de Frontin-RJ, 8 de Abril de 2019

Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado

2020

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTOS	2020
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	5.731.020,49
(-) Transferências ao FUNDEB	1.746.429,29
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-7.477.449,78
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	-7.477.449,78
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	-7.477.449,78



Engenheiro Paulo de Frontin-RJ, 8 de Abril de 2019

Prefeitura Municipal Engenheiro Paulo de Frontin

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

II – RISCOS FISCAIS DA DÍVIDA

Referem-se a possíveis ocorrências externas à administração, como reajustes concedidos ao salário mínimo que geram impacto considerável, pois o mesmo afeta as despesas com pessoal e encargos que representam uma parte significativa da despesa total. Dessa forma a concessão de aumento do salário mínimo acima da projeção orçamentária poderá gerar um risco.

Outro risco visível decorre do fato de os municípios virem assumindo crescentemente maiores responsabilidades, sob mandamento constitucional, como por exemplo, municipalização das políticas de saúde, educação e assistência social.

Ações judiciais que venham a ser ingressadas contra o município, que possam motivar o desembolso financeiro no exercício de 2020, inclusive de natureza trabalhista, que podem estar sujeitas ao regime de precatórios, nos termos da Constituição Federal.

• PROVIDÊNCIAS

Em síntese, os riscos decorrentes dos passivos contingentes têm a característica de imprevisibilidade quanto à sua concretização, por haver sempre a possibilidade de o Município recorrer a todas as instâncias judiciais para defender e comprovar a legalidade da ação pública, o que pode resultar na não-ocorrência do impacto fiscal. E, mesmo na ocorrência de decisão desfavorável ao Município, o impacto fiscal dependerá da forma de pagamento a ser efetuada, podendo conforme o caso o precatório ser liquidado em dez anos com prestações anuais, iguais e sucessivas, conforme o artigo 78, acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por meio da Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000.

Para permitir o gerenciamento dos resultados do comportamento dessas variáveis sobre as projeções orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 9º, estabeleceu a avaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira com vistas a minorar o impacto restritivo ao cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO, assegurando a tendência prevista e potencializando os efeitos positivos. A avaliação bimestral, juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuadas a cada quadrimestre, permite que eventuais desvios, tanto da receita, quanto da despesa, sejam administrados ao longo do ano, de forma que os riscos que se materializam sejam compensados com a realocação ou redução de despesas.





Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Eng. Paulo de Frontin
Gabinete da Presidência

Engenheiro Paulo de Frontin – RJ, 27 de junho de 2019.

Projeto de Lei 019/2019

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL

A Mesa Diretora requer, mediante aprovação do plenário, a tramitação da matéria em epígrafe, em regime de urgência especial, conforme artigo 144 do Regimento Interno Cameral.

Eng. Paulo de Frontin, 27 de junho de 2019.

KAIO JOSE BALTHAZAR FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

ROSÂNGELA DE CARVALHO PASSOS GODA
1º Secretário



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Projeto de LEI 019/2019.

Ementa: Projeto de Lei N° 019/2019 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Engenheiro Paulo de Frontin – RJ.

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, com fulcro no Regimento Interno da Casa, bem como da LOMEPF, apresenta as considerações ao objeto, segundo as razões do Relator abaixo dispostas.

Relatório

Trata-se de Projeto de LEI 019/2019, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Engenheiro Paulo de Frontin – RJ.

Mérito

Quanto ao mérito, diante do que consta no projeto de Lei, submetido à apreciação desta Comissão, encontra-se de acordo com as regras Regimentais e Legais, inexistindo qualquer fator impeditivo de seu prosseguimento. Segundo o entendimento deste Relator, a matéria trazida a lume, não se mostra contrária a qualquer regra constitucional ou conflitante com o regramento legal vigente. Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação da matéria por estas comissões.

Sendo assim, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** ao plenário e aprovação do projeto.

É o voto. Aos demais pares da Comissão
Plenário da Câmara, 27 de junho de 2019.


Moisés dos Santos Rocha

Presidente


Sandra Regina Gil


Rosângela de Carvalho Passos Goda



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Eng.º Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Andamento Processual

Processo nº CM 1558/2019 Data 12/04/19
Origem Executivo Processo nº _____
Assunto Projeto de Lei nº 019/2019
Prazo _____ Término do Prazo _____

Despacho

Da Secretaria da Câmara para expediente Data: ____/____/____
Rubrica: _____

Recebido pela Mesa em ____/____/____
Da Mesa para: _____ Em: ____/____/____

Recebido pela Comissão em ____/____/____ Rubrica: _____

Convocada reunião da Comissão para: ____/____/____ às ____ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em: ____/____/____

Da tramitação em Plenário:

Andamento do Processo

Foi aprovado por unanimidade em 27 de
junho de 2019 em requerimento de urgência
especial.